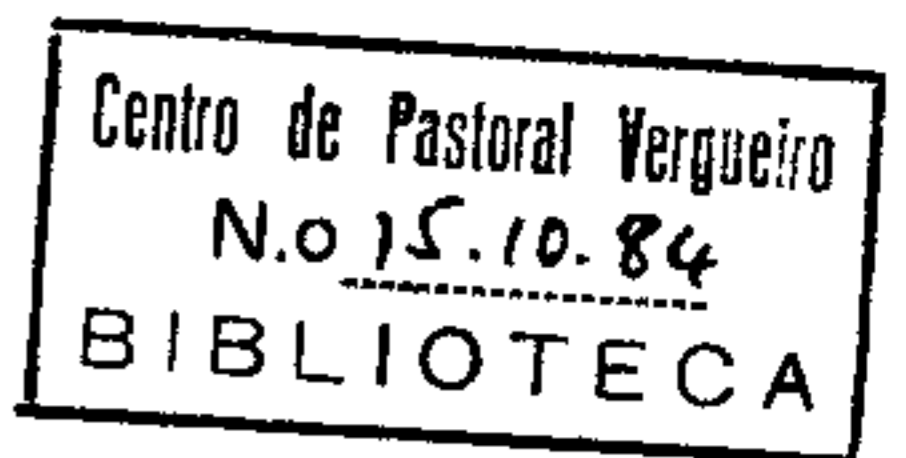


Campanha Nacional Pela



REFORMA AGRÁRIA

Informe sobre o Andamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária

Após três meses de seu lançamento, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária começa a se expandir e a tomar corpo em vários Estados da Federação com a adesão e participação de numerosas entidades.

A difusão da Campanha tem sido realizada através do Boletim do Ato de Lançamento e do folheto sobre a Reforma Agrária e, principalmente, através da atuação das entidades que lançaram a Campanha.

Essa atividade permitiu entrar em contato com várias entidades e receber também novas adesões e sugestões sobre o trabalho a ser realizado, entre as quais se destacam: Bispo Paulo Ayres da Igreja Metodista, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Paraíba, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Stº. André, Sindicato da Estrada de Ferro de Leopoldina, Comissão Nacional Pro-CUT, o Sindicato das Entidades Culturais - SENALBA/RJ, Grupo de Estudos Agrários - GEA - de Porto Alegre, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo, Associação Harmonia Ambiental (COONATURA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé (RJ), Deputado Federal J.G. Araújo Jorge (PDT-RJ), Deputado Federal Délio dos Santos (PDT-RJ), Deputado Federal Arthur Virgílio Neto (PT-Amazonas), professor José Luiz Werneck da Silva, CPT de Imperatriz (PA), CPT de Marabá (PA), CPT de Porto Velho (RO), CPT de Ouro Preto (RO), Bispo de Gi Paraná (RO), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gi Paraná (RO) e de Ariquemes (RO), Associação de Ouro Preto de Ajuda Mutua de Pequenos Produtos de Rondônia, etc.

Durante os últimos três meses tem-se realizado diversas atividades de difusão e articulação da campanha, como: palestra em várias Universidades do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UERJ, Santa

CONTAG/CPT/CIMI/CNBB/ABRA/IBASE

Úrsula), intervenção no Congresso da FAMERJ (Federação de Associações de Moradores do Estado de RJ), participação no Encontro Nacional do CIMI em Itaicí, exposição dos fundamentos da Campanha no 5º Encontro dos CEB'S no Ceará onde foi aprovada uma moção de apoio à Campanha Nacional pela Reforma Agrária, aprovação de metas na IV Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra, realizada em Goiana, de 2 a 6 agosto 1983, articulação de iniciativas junto aos vereadores do Estado de Rio de Janeiro e junto aos deputados federais em Brasília, reunião com os Secretários de Agricultura e Planejamento de Rio de Janeiro, participação na SBPC de Belém, intervenção no Seminário Regional de Colonização em Rondônia.

No intuito de chegar a um maior número de pessoas e de fazer acessíveis a um público mais amplo as questões agrárias tem-se encarregado a um grupo de colaboradores à elaboração de um audiovisual. Este material centrará sua atenção na questão do desemprego urbano, e o abastecimento visando o latifúndio inexplorado no campo, fazendo um chamado à participação na luta pela Reforma Agrária. Completando esta atividade será difundido proximamente um cartaz.

Duas atividades importantes programadas refletem o apelo que a campanha esta tendo junto às populações urbanas:

- a) Lançamento da Campanha em São Paulo: se realizará no dia 16/8/83 às 19 hs. no Centro Sindical dos Bancários (Rua Tabatinguera, nº 192). A iniciativa partiu de um grupo de entidades paulistas (CEDEC, CEBRAP, ABRA, FETAESP, CPT-SP, CNBB-sul) que depois de efetuarem uma série de miniencontros durante os meses de junho e julho pretendem culminar com um grande ato no dia 16/8/83. Esta atividade está sendo difundida através de cartazes e adesivos.
- b) Encontro Estadual do Rio de Janeiro: a FAMERJ (Federação de Associações de Moradores de Rio de Janeiro) junto a CPT, ABRA, FETAG estão preparando a realização de um encontro estadual pela Reforma Agrária para o mês de Setembro de 1983. Estes organismos que formam a direção estadual da campanha pretendem incluir outras entidades na atividade, como: INTERSINDICAL (Sindicatos Operários), FAFERJ (Favelas), UEE (União Estadual de Estudantes), Universidade Rural de RJ, Sindicato de Engenheiros Agrônomos, Entidade de Pescadores, etc. A difusão será feita com um pequeno

folhetim de dados sobre a realidade agrária do Estado. Destaca-se a importante participação da FAMERJ, federação que agrupa quase 300 associações de moradores no Estado.

Em relação aos órgãos públicos cabe destacar duas iniciativas tomadas:

- a) Projeto de Resolução para a criação de uma Comissão Permanente de Reforma Agrária apresentado na Câmara de Deputados para votação urgente pelo Deputado Federal Fernando Santana (Projeto de Resolução nº 45 de 27/4/83).
- b) Projeto do Governo do Estado de Rio de Janeiro de criação de uma Coordenadoria de Assuntos Fundiários a ser formada pelas Secretarias de Agricultura, Planejamento, Justiça e Trabalho.

O Cronograma de atividades para os próximos meses é o seguinte:

Agosto 83

- 15 - Exposição na FAO - por ocasião da Campanha Mundial contra a Fome
- 20 - Semana da Reforma Agrária - UFRRJ - Universidade Rural

Setembro 83

- - Congresso Nacional de Engenheiros Agrônomos em Recife
- - Exposição de motivos no Sub-Comitê de Direitos Humanos da ONU
- 27-9 - Mesa Redonda sobre Reforma Agrária. Semana Josué de Castro. Universidade Bennett- Rio de Janeiro

Finalmente, pensou-se na possibilidade de efetuar uma reunião, no fim de 1983, com todas as entidades, organismos e instituições, do país que participaram de alguma forma na campanha desde seu lançamento para avaliar os resultados da mesma e programar as atividades de 1984.

Anexamos à seguir os trabalhos:

- A Reforma Agrária do Governo - colaboração de José de Souza Martins
- Prisão dos Labradores de Passagem- colaboração da CPT do RJ.

Incoerência e contrastes da política fundiária - reprodu
ção artigo Folha de São Paulo 9/6/83.

que consideramos de utilidade aos membros da campanha. Por último ro
gamos nos sejam enviados informes das atividades programadas para os
próximos meses e das sugestões e/ou preocupações que existam sobre o
andamento da Campanha a fim de que possam ser socializadas e difundi
das.

Cordialmente

Herbert de Souza

Secretário Executivo 10/8/83

Endereço Provisório: IBASE
Rua Vicente de Souza 29
Botafogo
CEP 22251 - RJ
TEL: 286.03.48

A "REFORMA AGRÁRIA" DO GOVERNO - Colaboração de José de Souza Martins

"Acho que todo o mundo acompanhou o processo que culmina com a criação do Ministério dos Assuntos Fundiários. Talvez, a questão seja entender realmente o que está em jogo nesta iniciativa do Governo Federal, e progressivamente avançar na questão da terra e do governo que supostamente foi constituído para evitar uma reforma agrária, tal como vinha sendo encaminhada pelos trabalhadores antes de 1964, e que no fim das contas foi progressivamente envolvido na questão fundiária e obrigado a definir uma política de intervenção - na questão da terra.

Penso que um ponto que deve ser sublinhado desde logo, para desmistificar a discussão é o seguinte: a direita também pode fazer reforma agrária. Sempre se achou que a reforma agrária é coisa de esquerda e de comunista. Não é verdade. A direita também pode fazer reforma agrária e a direita tem programas fundiários. Não só no Brasil, mas em outros países.

No caso brasileiro, isso é evidente. O governo tem uma política de reforma agrária e ele está de fato comprometido com esse programa. Esta reforma agrária responde muito as necessidades do grande capital brasileiro, e por de trás desse programa está o Banco Mundial, que tem uma política de reforma agrária e inclusive está tendo uma intervenção séria.

O objetivo da reforma agrária preconizado pelo Banco Mundial, e que de certo modo está sendo concretizado pelo governo, é basicamente o grande capital na produção agrária. Isso não se faz necessariamente através da criação da grande empresa capitalista no campo, mito que é cultivado por muitos de nós. O grande capital pode entrar na agricultura - e tem entrado - através da pequena unidade familiar de produção. Esta é posição do Banco Mundial, que é criar o que eles chamam de classe média no campo. Uma pequena agricultura familiar modernizada, que utilize capital, que dependa sobretudo da grande empresa capitalista, tanto no fornecimento de insumos quanto na comercialização do produto.

No quadro atual não há nenhuma incompatibilidade entre a propriedade familiar e o desenvolvimento do grande capital.

No caso brasileiro, temos um elemento adicional. É a existência em número significativo de pequenos agricultores, posseiros - pobres, e em geral os nordestinos que não preenchem os requisitos do Banco Mundial nem das autoridades brasileiras. Esses agricultores tem um outro padrão de agricultura de subsistência, caracterizando essa massa da população rural como incapaz de produzir excedentes comerciáveis.

Em princípio, essa população é incompatível com a proposta de reforma agrária que vem sendo posta em prática. População sem recursos, culturalmente incapaz de implantar no país uma agricultura moderna, do ponto de vista do sistema.

Ao mesmo tempo em que o governo tenta implantar essa agricultura modernizada através de projetos de colonização privada ou oficial, tenta acomodar essa população reivindicativa, questionadora, ativa, através da chamada "regularização fundiária". Basicamente é esta a reforma agrária que está sendo posta em prática. É a reforma agrária da regularização fundiária e não a da redistribuição da propriedade.

Se ocorre um posseiro com uns vinte hectares, se dá um título para ele. Com isso ele fica preso à terra e se evita que continue a se movimentar, e sobretudo que invada terras que estão destinadas a programas governamentais ou particulares, destinados à "modernização". Essa também a posição do Banco Mundial, expressa no documento que produziu sobre Rondônia. O modelo proposto pelo banco é o da pequena agricultura moderna, tipo daquela do sul, capaz de absorver tecnologia moderna, adubos, inseticidas, sementes selecionadas, e fornecer os produtos agrícolas às grandes empresas de comercialização e industrialização.

No documento do banco fica também claro o interesse que tem pelo índio, em particular pelos nambiquara. Pelos posseiros, o interesse demonstrado é no sentido de o mais rapidamente fixar essa população na terra e evitar que continue criando problemas para os projetos.

A posição do Ministério de Assuntos Fundiários, pelo que se consegue perceber e pelo que tem sido publicado, é no sentido de concretizar medidas desse tipo. De fato regularizar situações para

evitar que a população continue criando problemas. No caso da área do GETAT, a reclamação que se tem do pessoal de Conceição, por exemplo, é no sentido de que não houve praticamente nenhuma grande fazenda que não tenha sido invadida. Não há uma única grande fazenda que não tenha perdido, nos últimos anos, algum pedaço de terra. Isso representa um questionamento completo desta política de grandes empresas.

No caso da área do Carajás, chega-se ao absurdo de, ao longo da ferrovia, o governo distribuir - ou planejar a distribuição - lotes de 10.00 hectares, numa área que já está totalmente ocupada. Para distribuir 10.000 hectares vai ter de expulsar toda a população.

Com a maior tranquilidade, vão desmembrando, fazendo mapas e plantas. É uma população que tem de ser removida porque não se enquadra nos projetos. Existem casos de projetos concretos de remoção de milhares de famílias de S. Geraldo, que é uma área de conflito grave, para outras áreas no sul do Pará.

Dentro do governo também existe conflito. Não se conhece com detalhes, mas nesta semana mesmo, os jornais publicaram um documento de um grupo governamental, fazendo críticas à política de ocupação da área de Carajás. É um sinal de que há problemas. Esses problemas, inclusive devem estar relacionados com a campanha eleitoral já iniciada. Quem vai suceder o Figueiredo e que política vai vencer nessa história. No que diz respeito ao governo federal, os planos não são definitivos e seguros. Não se tem nenhuma informação a respeito. Mas, basicamente é um quadro de modernização, de tentativa de circunscrever a agricultura tradicional e pobre, e não de distribuição de terras. É o plano do Delfim, expresso no "Estadão" em 1979, de promover a remoção dos excedentes populacionais do campo para as cidades, a fim de baratear o preço da mão de obra.

Mas mesmo aí existem dúvidas. O Banco Mundial, por exemplo, tem uma política diferente para o excedente populacional. Está apostando na criação de excedentes populacionais, mas ao mesmo tempo desenvolve no Brasil o chamado programa de cidades médias, que é um programa de contenção dessas populações expulsas do nordeste e da Bahia e que se dirigem para o sul. Essa massa de migrante deve ser barrada na altura de Montes Claros. Para Montes Claros existe um programa de construção de esgotos, de implantação de pequenas e médias indústrias para segurar esse pessoal que vem para o sul, e evitar o que aconteceu em São Paulo: a explosão política da população que pode ser danosa.

OBS.: Transcrição de palestra sem revisão do autor.

PRISÃO DOS LAVRADORES DE PASSAGEM

No dia 10 de maio, 12 lavradores antigos posseiros da fazenda Rabelo, na localidade de Areia Branca do município fluminense de Cachoeiras do Macacu, foram arrancados de seu trabalho por um forte aparato policial, presos e levados para delegacia local.

Inicialmente os posseiros, foram enquadrados no artigo 161 do Código Penal, por "esbulho possessório". Com tal medida o juiz da comarca, "trabalhando" em sua residência, atendeu prontamente o pedido do grileiro profissional Antônio Cabral, que de posse da medida judicial que lhe era favorável e imediatamente após ter sido efetuada a prisão dos posseiros, contratou homens e máquinas e ordenou que se destrusisse toda a plantação dos lavradores.

A prisão dos colonos foi rapidamente propagada e, pouco depois, surgiram os primeiros protestos. Menos de uma hora decorrida, a CPT local distribuiu nota denunciando a prisão arbitrária dos lavradores, e mesmo já tendo sido paga a fiança dos posseiros o juiz Antônio Sbrano pronunciou-se "incompetente para a causa", passando-a à lei de Segurança Nacional, cuja alçada é da Justiça Militar. Um seminarista e um estudante que distribuíam a nota da CPT local foram detidos, levados ao DOPS no Rio e depois de submetidos à interrogatório foram liberados.

Os posseiros foram todos colocados num camburão, removidos para a Polícia Federal no Rio e mantidos à disposição da Justiça Militar. O "auto de prisão em flagrante" foi encaminhado para a 3a. Auditoria do Exército.

Mobilizaram-se as entidades do movimento popular: FETAG, CPT/RJ, parlamentares dos partidos políticos (PT, PDT, PMDB), Comissão de Justiça e Paz, através de um intenso movimento de denúncia junto a grande imprensa e buscando a intervenção da Secretaria de Justiça do Estado para que pressionasse às autoridades militares no sentido de garantir, em princípio, a integridade física dos lavradores e a quebra de sucessivos momentos de incomunicabilidade. Depois de 80 horas de prisão, na noite do dia 12 os lavradores foram soltos. Apesar do relaxamento da prisão dos posseiros, o processo que os indicia na Lei de Segurança Nacional permaneceu na Justiça Militar.

A libertação, por decisão judicial, dos 12 posseiros de Passagem, fez cessar uma situação de repressão judiciária ilegal a que estavam sujeitos esses trabalhadores, mas não assegura ainda uma solução baseada na justiça para os problemas daquelas famílias que vivem há longos anos, do seu trabalho, naquela localidade. Sub^ust^uste a ameaça ao direito de posse, ao direito ao trabalho de que são detentores esses lavradores e suas famílias, muitos deles há mais de 20 anos.

Nesta violência, mesmo como aspecto secundário, cabe ressaltar a revogação da fiança que o mesmo magistrado havia fixado, e a tentativa de inculpar os posseiros presos, de crime previsto na Lei de Segurança Nacional, inclusive a pretexto de fatos posteriores à sua prisão e que nada mais eram do que uma legítima manifestação da opinião pública local, de Cachoeiras do Macacu, preocupada com tais violações dos direitos humanos.

É o que se pode dizer desde já, é como um grileiro "de segunda" sem a importância das grandes empresas exploram e roubam fatias de nosso território, consegue em aliança com um juiz de comarca de interior, disparar uma ação cujas consequências são imprevisíveis, mas não o seu sentido: Independente dos abusos de poder detonados por uma autoridade, o que se depreende mais uma vez é a gravidade dos riscos a que está sujeita toda a sociedade brasileira, face à existência desse instrumento de arbítrio que é a Lei de Segurança Nacional (LSN). Mais grave ainda é ver que a LSN foi usada para tratar um problema social no campo como uma questão de polícia.

INCOERÊNCIAS E CONTRASTES DA POLÍTICA FUNDIÁRIA - * José Eli Veiga

"Reforma agrária é assunto de economista desocupado". Foi o que disse o ministro, Delfim Neto, em uma de suas respostas aos participantes do 3º Congresso da Contag, em maio de 1979. Passados exatamente quatro anos o INCRA e o MEAF empenham-se numa vasta campanha publicitária cuja tônica é afirmar que o Brasil está realizando do uma das maiores reformas agrárias do mundo, pois 12,8 milhões de hectares de terra foram desapropriados, o que equivale a uma área superior ao território de Portugal..

A incoerência é evidente, mas não tem a mínima importância. Como diz Galbraith, "em economia, é muito, mais muito mais sábio estar certo do que ser coerente". E mesmo que as mudanças se restrinjam ao discurso, elas convalidam a tese da necessidade da reforma agrária e, indiretamente, enfraquecem as correntes mais conservadoras contrárias a qualquer tipo de reforma estrutural. É importante saber que para o governo federal a reforma agrária não tem mais o sentido pejorativo que lhe atribuiu o ministro Delfim Neto. Ao contrário, segundo o ministro Venturini - que não é economista e nem desocupado -, "é preciso tirar o condimento passional do termo".

Em palavras, portanto, a evolução é clara e positiva.

Agora vamos aos fatos.

Dos 12,8 milhões de hectares desapropriados de 1964 a 1982, 6,3 milhões o foram em 1971 em função da construção da Transamazônica e mais 3 milhões correspondem a ações semelhantes em Rondônia e no Acre nos anos 1975/76. Sobram 3,5 milhões de hectares desapropriados para os demais 16 anos de ação fundiária do INCRA, o que dá a média anual de 220 mil hectares. Paralelamente, o recadastramento de 1978 indica que os imóveis classificados pelo INCRA como latifúndios detêm 350 milhões de hectares e que a área cadastrada "a proveitável mas não explorada" atinge 150 milhões de hectares. Isto quer dizer que, ao ritmo anual, a reforma agrária brasileira estaria realizada no próximo milênio...

Outro modo de se avaliar a política fundiária seria atra-

* Artigo publicado em "Folha de São Paulo" de 9/6/83

vês do número de famílias assentadas, isto é, famílias a quem foi franqueado o acesso à terra. Sob este aspecto as cifras são por de mais obscuras. Curiosamente os relatórios de atividades do Incra não distinguem a outorga de títulos que objetivam a transferência de domínio daqueles que simplesmente reconhecem as ocupações consentidas pelo poder público. Pior, referem-se a "documentos de titulação" sem esclarecer se todos são escrituras definitivas ou se estão misturadas licenças de ocupação e títulos de propriedade, o que, por si só, já reduziria pela metade o número das legitimações. De resto, sabe-se apenas que a Colonização Oficial permitiu o assentamento de 116 mil famílias até o ano passado. Considerando-se, então, que no mesmo período o êxodo rural atingiu cerca de 6 milhões de famílias, a hipótese de que um terço dos documentos de titulação outorgados corresponde efetivamente a famílias assentadas, nos levaria a concluir que seu impacto equivaleria a 3% do êxodo rural do período. Seja como for, é absolutamente estranho que os dados sobre o assunto não façam referência ao número de famílias assentadas mas sim ao número de "documentos de titulação" expedidos.

E se é grande o contraste entre a publicidade do Incra e a realidade dos fatos passados, mais surpreendente é o contraste com a "Diretrizes e Metas para 1983". Pretende-se desapropriar 650 mil hectares visando à regularização de ocupação e à implantação de projetos de assentamento, sem que se estabeleça nenhuma meta a respeito do número de famílias a serem assentadas. Por outro lado, planeja-se destinar à colonização particular 3 milhões de hectares e promover a expedição de mais 300 mil "documentos de titulação".

Objetivos acanhados e contraditórios para quem pretende estar realizando uma das maiores reformas agrárias do mundo. Mas bem avançados se confrontados com a opinião corrente de que um "aumento da tributação sobre terras improdutivas economicamente viáveis resultaria numa natural e desejável desconcentração fundiária". Esta surrada tese de que a simples penalização fiscal dos que mantêm terras ociosas corresponderia a uma "pacífica e justa reforma agrária" está mais uma vez sendo desmentida, e, desta feita, entre nós. Por que não se faz um pequeno balanço da aplicação da lei 6.746, de dezembro de 1979, que tornou o ITR mais progressivo? Porque seria - mais uma confirmação de que esse artifício não funciona, como já

mostraram abundantes estudos das organizações internacionais(1).

Outra idéia muito comum é de que seria contraproducente - promover o puro e simples assentamento de homens "sem ofício", des- preparados para o exercício da agricultura. Sem dúvida. Mas por aca- so seriam escassos os agricultores aptos que não têm acesso à pro- priedade da terra?

E quanto a este ponto é bom meditar sobre um fato ocorrido em nossa vizinhança e que permanece estranhamente ignorado. A Fa- zenda Primavera, em Andradina (SP), foi motivo de disputa entre o Sr. J.J. Abdalla e três centenas de posseiros, num litígio que du- rou 40 anos. Só em 1980 é que o Incra foi levado a desapropriá-la e a reacomodar em suas terras 311 famílias (246 antigos posseiros e 65 "bóias-frias") em lotes que variam, segundo a força de trabalho de cada família de 15 a 45 hectares. Passado apenas um ano agrícola, a produção da fazenda mais do que dobrou, a frota de tratores dos parceiros passou de 43 para 104 unidades e, segundo um deles, os produtores esperavam contar para esta safra com o mesmo ritmo de crescimento (2).

O fato é exemplar em vários sentidos. Como fica a afirma- ção, tão assiduamente utilizada, segundo a qual os "bóias-frias" se- riam incapazes de administrar um sítio individual, ou uma fazenda cooperativa, caso lhes fosse franqueado o acesso à propriedade? Se em apenas uma safra o acesso dessas trezentas famílias ao domínio de seu principal instrumento de trabalho permitiu que a produção du- plicasse, o que ocorreria se a experiência se estendesse começando pela exploração de terras aproveitáveis, mas mantidas inativas? Aí está a Fazenda Primavera desmentindo na prática preconceitos elitis- tas e arrogantes da corrente anti-reforma.

Outro ponto controverso no debate sobre a política fundiá- ria é a estimativa que se faz sobre suas metas futuras, numa estra- tégia de longo prazo. Em artigo publicado nesta mesma página em 19/05/83, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, citando estu- dos da Cedes - Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais -, projetou em cerca de 900 mil pessoas/ano o fluxo migratório rural- urbano na década de 80, "em permanecendo as condições vigentes no

período 70-75". Mas por que admitir que na década de 80 permaneceriam as condições vigentes na primeira metade da década anterior? Por que não consultar o Censo Demográfico de 1980? Se o fizesse, o articulista verificaria que o ritmo se acelerou, e muito, na segunda metade da década passada e que sua projeção deveria ser majorada de algumas centenas de milhares de pessoas por ano.

Apesar disto, seu cálculo de que seria necessário assentar 50 mil famílias por ano para reduzir pela metade o êxodo rural é bastante razoável. Significa que o estancamento do êxodo rural exige o dobro, conforme dissemos em nosso último artigo. E ao mostrar a necessidade de 2 milhões de hectares/ano adicionais confirmou ainda mais nossa tese, pois uma expansão da área explorada dessa magnitude não se fará no universo exclusivo das terras devolutas e muito menos através do imposto progressivo. Exigirá a utilização menos parcimoniosa do instrumento da desapropriação por interesse social.

(1) Cf. nosso artigo "Reforma Agrária por Magia", nesta página, em 26/03/82.

(2) Cr. "Gazeta Mercantil", 27/05/82 p. 11